

# Comissão adia decisão sobre atribuições

Rio — Apesar do consenso entre os membros da Comissão de Estudos Constitucionais em torno do parlamentarismo híbrido com eleições diretas para Presidente da República, não foi possível evitar o impasse na hora de decidir quais serão as atribuições do Presidente e do Primeiro-Ministro. O presidente da comissão, Afonso Arinos, adiou para hoje as discussões sobre este ponto e afirmou estar disposto a prorrogar as sessões, que estão sendo realizadas no Hotel Glória, por mais de um dia, caso os estudiosos do assunto não cheguem a uma conclusão sobre a proposta final que será apresentada em julho ao presidente José Sarney.

Divididos entre as propostas dos professores Miguel Reale e Hélio Jaguaribe, os convencionais não definiram que traço predominará no anteprojeto de lei que formularão, se o presidencialismo ou o parlamentarismo. O primeiro é defendido por Miguel Reale e o segundo por Jaguaribe, que quer as atribuições do presidente preservadas de atividades administrativas. Segundo ele, o Presidente deverá se encarregar da estabilidade das instituições evitando a queda do regime diante das ameaças de crises políticas e sociais inerente à mudança de regime político.

Jaguaribe considera que o Primeiro-Ministro deverá ficar à frente da administração pública, ser o responsável pelas mudanças sociais, fazendo a ponte entre a sociedade e o governo.

Já o professor Reale acredita que a melhor forma do parlamentarismo ser exercido no Brasil, é dividindo entre as duas figuras centrais — Presidente e Primeiro-Ministro — as atribuições do poder público. Para ele,



já que o Presidente será eleito em pleito direto, a população não compreenderá sua função se exercer um papel meramente figurativo.

Entre as propostas apresentadas pelo professor Miguel Reale, os convencionais concordaram com a cláusula que propõe a dissolução da Câmara pelo Presidente e a indicação do Primeiro-Ministro pelos parlamentares, caso não aprovem, por duas vezes consecutivas, o nome apresentado pelo Presidente da República.

Considerando o Brasil o País de maiores contradições, ao mesmo tempo que é a oitava potência industrial do mundo (tem 65 por cento da população vivendo em estado precário, sem ter suas necessidades básicas atendidas), Hélio Jaguaribe prevê para os próximos 15 anos crescimento dos conflitos sociais e políticos diante das mudanças que estão sendo desenvolvidas. Por isso não tem dúvidas de que se um regime diferente de governo seja implantado nos próximos anos, o Presidente deverá garantir as instituições sob pena de perder o cargo no primeiro golpe de estado.

*Brossard teme capital externo*

ANC 88  
Pasta Jan/Jul 86  
032